

SUSTENTABILIDADE E SEUS DIFERENTES ENFOQUES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

SUSTAINABILITY AND ITS DIFFERENT APPROACHES: SOME CONSIDERATIONS

SOSTENIBILIDAD Y SU DIFERENTES ENFOQUES: ALGUNAS CONSIDERACIONES

João Luiz HOEFFEL¹
Jussara Christina REIS²

RESUMO: A julgar pelas controvérsias que a definição de sustentabilidade coloca é de se esperar que diferentes posições tenham surgido nos últimos anos. O conceito de sustentabilidade vem sendo amplamente utilizado dentro de diferentes abordagens teóricas, muitas vezes contraditórias. O presente artigo analisa o conceito de sustentabilidade na Teoria Social Latino-americana, tendo como referência o banco de dados organizado para o Projeto Temático FAPESP (processo 05/52317-1): A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina, que contém um amplo levantamento bibliográfico da produção Brasileira e Latino-Americana na área de Ambiente e Sociedade, decorrente da análise de livros, artigos, teses e dissertações desenvolvidas em centros de pesquisa e de pós-graduação. As diferentes concepções de sustentabilidade também foram objeto de estudo do Projeto Caminhos da Cantareira (Processo FAPESP 06/61505-9), tendo como referência as relações entre desenvolvimento local e sustentabilidade. Neste trabalho é apresentada uma análise da produção cadastrada no referido banco de dados com enfoque quanti e qualitativo e a consulta foi finalizada em 15 de Janeiro de 2009. A análise quantitativa foi precedida por uma pesquisa que buscou avaliar como a temática tem se apresentado na teoria social latino-americana e os liames teóricos aos quais estão vinculados.

Palavras Chave: Questões Ambientais; Sustentabilidade; Teoria Social; Interdisciplinaridade

ABSTRACT: Considering the contest that the definition of sustainability places it is expected that different views emerged over the past years. Thus, the concept of sustainability has been widely used within different theoretical approaches, often contradictory. This article aims to analyze the concept of sustainability in the Latin American Social Theory, with reference to the database developed for the Project: Environmental Issues, Interdisciplinary, Social Theory and intellectual production in Latin America (FAPESP Process 05/52317-1), which contains an extensive bibliography and survey of the Brazilian and Latin American production in the area of Environment and Society, which results from the analysis of books, articles and thesis

¹ Doutor em Ciências Sociais IFCH/UNICAMP, Professor e Coordenador do Núcleo de Estudos em Sustentabilidade/FAAT, Diretor de Projetos da Moinho D'Água Treinamentos Ltda. e-mail: jlhoeffel@gmail.com

² Bacharel em Turismo pela USF, Especialista em Arte Educação/FAAT, Mestre em Ciências Sociais UNESP/Marília. e-mail: jussara_christina@yahoo.com.br.

developed at research and graduate centers. The different conceptions of sustainability have also been object of study of the project Caminhos da Cantareira (FAPESP Process 06/61505-9), with reference to the relationship between local development and sustainability. This work presents an analysis of the database with a qualitative and a quantitative approach and consultation ended on January 15, 2009. The quantitative analysis was preceded by another moment, where the interest was to analyze how the concept of sustainability has been incorporated by the Latin American Social Theory and the theoretical approaches to which the material is bound.

Key words: Environmental Issues; Sustainability; Social Theory; Interdisciplinary.

RESUMEN: A juzgar por las controversias que la definición de sostenibilidad presupone se espera que diferentes posiciones se han creado en los últimos años. El concepto de sostenibilidad ha sido ampliamente utilizado dentro de diferentes enfoques teóricos, a menudo contradictorios. Este artículo analiza el concepto de sostenibilidad en la Teoría Social Latinoamericana, con referencia a la base de datos organizada para el Proyecto FAPESP (Proceso 05/52317-1): la cuestión ambiental, interdisciplinariedad, teoría social, y la producción intelectual en la América Latina, que contiene una bibliografía completa de la producción Brasileña y Latinoamericana en el área de Medio Ambiente y Sociedad, a partir del análisis de libros, artículos y tesis desarrolladas en centros de investigación y de posgrado. Los distintos conceptos de la sostenibilidad también fueron objeto de estudio del Proyecto Caminhos da Cantareira (Proceso FAPESP 06/61505-9), con referencia a la relación entre desarrollo local y la sostenibilidad. Este artículo presenta un análisis de la producción registrada en esa base de datos con el enfoque cuantitativo y cualitativo y la consulta se completó el 15 de enero de 2009. El análisis cuantitativo fue precedido por una encuesta que trato de evaluar cómo el tema ha surgido en la Teoría Social Latinoamericana y los lazos teóricos a los que se encuentran estrechamente vinculados.

Palabras clave: Cuestiones Ambientales; Sostenibilidad; Teoría Social; Interdisciplinariedad.

ASPECTOS DA QUESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental é hoje, inquestionavelmente, uma realidade no interior de todos os ramos do saber acadêmico, levantando profundos debates e, muitas vezes, exercendo dentro destes o seu potencial de pôr à prova os paradigmas dominantes. Com a crise ambiental, a crença positivista no progresso econômico e científico como um objetivo positivo a ser alcançado por si só vem ruindo gradualmente, frente à constatação de que tal progresso coloca em risco a própria sobrevivência humana sobre a terra (STAHEL; HOEFFEL, 1998; SUTTON, 2004).

Neste contexto, diversas análises passaram a ser elaboradas e aprofundaram-se questionamentos quanto à noção de modernidade e à natureza do desenvolvimento econômico

mundial pretendido. Para Gare (2000), o conceito de modernidade está associado ao de “*progresso*”: progresso em termos de conhecimento, na racionalidade das crenças e das instituições e na habilidade de controlar a natureza e a sociedade. Progresso está relacionado com a emancipação da humanidade do trabalho, das doenças, de crenças irracionais, da opressão política e de necessidades econômicas. A noção modernista de progresso originou-se com a secularização e reformulação das crenças cristãs e ganhou uma dimensão cósmica com a teoria da evolução. Na segunda metade do século XX a noção de progresso foi reformulada como “desenvolvimento”, definido em oposição à “subdesenvolvimento”. Todas as sociedades e culturas passaram a ser analisadas e avaliadas de acordo com seu estado de desenvolvimento, ou seja, de acordo com sua aproximação com as sociedades “avançadas” do mundo ocidental (WRIGHT, 2004).

Observa-se, entretanto, que a cultura da modernidade sempre teve seus problemas e seus críticos e a fragmentação social, a violência, o empobrecimento e os problemas ambientais gerados pela modernidade, particularmente associados com o imperialismo e a industrialização, estimularam inúmeras críticas e análises (MERCHANT, 2005; MEYER, 2001; WESSELS, 2006).

Assim, pode-se dizer que a dimensão política da questão ambiental é dada justamente pela disputa entre os diferentes atores na busca de uma hegemonia teórica sobre a problemática do meio ambiente, base para a legitimação das práticas de apropriação dos recursos naturais pelos diferentes interesses em disputa. Trata-se, assim, em última análise, da disputa entre diferentes concepções de sociedade e de relações ser humano-natureza, concretas ou imaginadas, bem como das práticas sociais e ambientais, a elas associadas e por elas legitimadas (LIMA, 2003; DRYZEK, 2005; HANNIGAN, 2006).

É assim, na questão ambiental, que confluem as diversas ciências em torno de uma questão política essencial: a disputa e a cooperação dos diferentes atores sociais em torno da preservação e sustentação dos processos vitais. É esta confluência e abrangência, inerente à própria questão ambiental, que coloca ao mesmo tempo a sua força e importância, bem como os seus limites. Se, por um lado, ela traz em seu interior a discussão política quanto à forma de sociedade, das suas práticas e dos seus valores, por outro, a multiplicidade de concepções e de interesses representados e camuflados pelas diferentes orientações teóricas na discussão ambiental ameaçam precipitar o debate em um diálogo no qual diferenças irreconciliáveis estão ocultas sob um mesmo termo: meio ambiente (FOLADORI, 2001; MEYER, 2001;

DRYSEK, 2005).

Dryzek (2006) em seu trabalho sobre discursos ambientais analisa diferentes abordagens para a questão ambiental que ele apresenta em quatro grandes grupos, a saber:

– *Abordagens que consideram a sobrevivência dos seres humanos e não humanos, dos ecossistemas e mesmo do Planeta Terra* – nesta análise estão inseridas especificamente duas perspectivas, as que questionam as possibilidades de sobrevivência a médio e longo prazo, se mantidas as tendências atuais de uso dos recursos naturais e as que negam os limites ambientais e postulam a possibilidade contínua de crescimento econômico;

– *Abordagens que procuram resolver problemas ambientais* – nesta análise estão inseridas três perspectivas o *Racionalismo Administrativo* que coloca nas mãos dos peritos a solução, o *Pragmatismo Democrático* que prevê a participação efetiva da sociedade civil na busca por soluções e o *Racionalismo Econômico* que considera as dinâmicas de mercado como a solução para os problemas ambientais;

– *Abordagens que consideram a perspectiva da Sustentabilidade* – nesta análise estão inseridas a perspectiva do *Desenvolvimento Sustentável* que considera a possibilidade de associar crescimento econômico e proteção ambiental e a *Modernização Ecológica* que propõe uma reestruturação das políticas econômicas capitalistas em conjunto com novas posturas ambientais.

– *Abordagens do Radicalismo Verde* – nestas análises estão incluídas as perspectivas da mudança pessoal centradas na *Consciência Verde* que compreendem a Ecologia Profunda, o Ecofeminismo, o Bioregionalismo, a Cidadania Ecológica, os Estilos de Vida Verdes e a Ecoteologia e as perspectivas da mudança Social centradas nas *Políticas Verdes ou Ambientais* que compreendem os Partidos Verdes, a Ecologia Social, o Eco-Socialismo e Eco-Marxismo, os movimentos de Justiça Ambiental e pela Anti-Globalização.

O autor (DRYZEK, 2006) reconhece que existem modelos híbridos nestas tipologias, mas enfatiza que existem diversos discursos ambientais que em alguns casos se completam, mas que em geral competem entre si e por uma hegemonia na solução de questões ambientais e que a cada discurso é possível vincular distintas perspectivas para o termo *sustentabilidade*.

É neste sentido que a distinção entre as diferentes abordagens para questões ambientais e o próprio conceito de sustentabilidade, passam a ser de importância não só acadêmica, enquanto história das idéias, mas também política. Passa a ser não só uma questão de sustentabilidade social e ambiental, mas uma discussão que contrapõe diferentes formas de se

organizar e de se conduzir a vida.

ABORDAGENS PARA A SUSTENTABILIDADE

A julgar pela quantidade de problemas a enfrentar que a definição de sustentabilidade coloca, até mesmo por sua natural amplitude, é de se esperar que diferentes posições, visões e versões tenham surgido e se consolidado ao longo dos últimos anos (McLAUGHLIN, 1993; MEADOWS et al. 1993; MACNAGHTEN; URRY, 1998; HAWKEN, 1999; REDCLIFT; WOODGATE, 2000; HANNIGAN, 2006).

Assim, a possibilidade de integração das variadas visões que o pensamento ambientalista comporta não se coloca, pois a heterogeneidade parece ser uma marca que atinge todos os que trabalham o tema. As abordagens multidisciplinares, interdisciplinares e sistêmicas procuram lidar com a diversidade das contribuições, mas de fato inexistente uma teoria única para sustentabilidade, e é quase impossível proceder-se a um levantamento, um inventário de todas as vertentes que discutem o tema, em função até mesmo das semelhanças e diferenças entre os autores, muitas vezes pouco evidentes (BORGES; HOEFFEL, 1999).

Lima (2003) apresenta duas grandes matrizes interpretativas que polarizam o debate atual e que de certa forma abrangem a multiplicidade de enfoques que envolvem a noção de sustentabilidade. De um lado temos o discurso oficial de desenvolvimento sustentável que compreende o desdobramento da proposta da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988). Para o autor, trata-se de um discurso pragmático que enfatiza a dimensão tecnológica e econômica da sustentabilidade e que defende a possibilidade de articular crescimento econômico e preservação ambiental. Nesta abordagem, o processo de transição para o desenvolvimento sustentável será liderado pela economia de mercado através de tecnologias limpas, do controle do crescimento populacional e por processos produtivos e de consumo ecologicamente equilibrados.

A outra matriz apresenta-se como uma proposta multidimensional de sustentabilidade que procura integrar as dimensões sociais e individuais. Essa concepção prefere utilizar a expressão *sociedade sustentável* salientando a autonomia política, a diversidade cultural, os valores éticos de respeito à vida e as desigualdades sociais e políticas.

Neste trabalho optou-se pela exposição de algumas classificações trabalhadas em textos representativos de diferentes visões. A análise dessas classificações permitirá que sejam visualizados elementos de confronto e/ou de aproximação entre as muitas posições existentes, havendo, inevitavelmente, casos de justaposição.

O conceito de *desenvolvimento sustentável* tornou-se conhecido e de uso generalizado após a publicação do relatório Brundtland, documento que resultou dos trabalhos de uma comissão da ONU a *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* em 1987 (CMMAD, 1988). A noção de que *desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades*, trouxe também, na época, a importante ênfase em sua aplicabilidade aos países em desenvolvimento. O relatório reconhecia o fato de que na maioria dos países em desenvolvimento há maior dependência com relação aos recursos naturais, e esse foi, sem dúvida, um dos aspectos que mais contribuiu para a popularização do referido conceito.

De acordo com o relatório, conhecido como *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1988), desenvolvimento e meio ambiente devem ser complementos: não se rejeita a idéia de crescimento econômico, mas mostra-se a necessidade de busca por novas estratégias de desenvolvimento e novas tecnologias que tenham por base a sustentabilidade e a expansão dos recursos ambientais.

Ao interligar economia, tecnologia e sociedade, a noção de desenvolvimento sustentável parte da necessidade de critérios de eficiência econômica para que os objetivos sejam alcançados, mas sublinha que os benefícios do desenvolvimento devem ser equitativamente distribuídos (SACHS, 2000).

Há autores que chamam atenção para o fato de que a noção de desenvolvimento econômico implícita na definição do relatório seria propositalmente indefinida e fluída. A flexibilidade do conceito de desenvolvimento sustentável do relatório Brundtland, considerada uma virtude para alguns, é, entretanto, apontada como uma de suas fraquezas por outros. Para Lima (2003), *a definição de desenvolvimento sustentável veiculada pelo Relatório Brundtland permite uma pluralidade de leituras, desde um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça socioambiental e renovação ética, até uma perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual se acrescentou uma variável ecológica*

(LIMA, p. 105, 2003).

Outra análise mais abrangente e utilizada por muitos, é a que procura agrupar interesses em torno dos três elementos presentes na concepção de sustentabilidade que a tornam uma concepção tridimensional: a equidade, a prudência ecológica e a eficiência econômica (DRYSEK, 2005).

Um conjunto de trabalhos tem se preocupado com a questão da equidade, na verdade discutindo mais a questão da pobreza e sua relação com o meio ambiente do que a questão da equidade em si mesma. Esses trabalhos estudam a ligação entre a degradação ecológica, pobreza e as estruturas de poder e a dimensão sócio-política do conceito é ressaltada (CMMAD, 1988; BULLARD, 1996; MILBRATH, 1989, MERCHANT, 2005). Entretanto, para alguns autores que trabalham o tema, a vinculação entre pobreza e meio ambiente é mais complexa do que parece e concluem que esta não necessariamente causa degradação ambiental e sugerem que sejam investigadas de forma mais detalhada suas verdadeiras causas (FOLADORI, 2001; SUMNER, 2007).

A dimensão biofísica da noção de sustentabilidade também aparece como uma das áreas de interesse daqueles que analisam esta questão. Como anteriormente ressaltado, a sustentabilidade requer a prudência ecológica e atenção à questão da resiliência, que se refere à capacidade de adaptação de um sistema em resposta a distúrbios externos (DRYSEK, 2005). Neste enfoque tem importância marcante o trabalho de Georgescu-Roegen de 1971 sobre a lei da entropia e o processo econômico (GEORGESCU-ROEGEN, 1971; 1976).

Como o progresso econômico representa a antítese do modo homeostático de funcionamento da natureza, e o estado estacionário, pelo contrário, representa produção mínima de entropia, a frugalidade e a adoção de uma vida sóbria, colocam-se como alternativas para a garantia da sustentabilidade, pois atenuam o processo de degradação entrópica (DRYZEK, 2005). Assim uma sociedade sustentável não pode ter como base o mecanismo de mercado, mas deve pautar-se por regras compatíveis com as leis da natureza e com as leis da termodinâmica.

Outro enfoque a considerar é o que enfatiza a questão da eficiência na utilização dos recursos como sendo a sua preocupação central. A ênfase nesse caso está colocada na dimensão do cálculo econômico e as teorias do bem-estar e das externalidades constituem a base teórica desses estudos. Nesse grupo de estudos inclui-se um grande

número de modelos bastante sofisticados, também do ponto de vista matemático, que estabelecem vários critérios a serem maximizados pelo sistema econômico para alcançar os objetivos da sustentabilidade. Tais critérios referem-se ao uso eficiente dos recursos naturais existentes. A eficiência pode ser alcançada por meio de mecanismos alocativos os mais diversos, incluindo preços, impostos e outros controles fiscais (FOLADORI, 2001; DRYSEK, 2005; EDWARDS, 2006). Muitos métodos e técnicas têm sido desenvolvidos para calcular o valor econômico do meio ambiente. A valoração ambiental é um campo de análise que tem crescido bastante e apresenta grande proximidade com os trabalhos que têm a eficiência econômica como preocupação central (COSTANZA et al. 1997).

Com base no fato de que a promoção da sustentabilidade envolve agentes sociais distintos, Foladori (2001) e Drysek (2005), referem-se a três vertentes teóricas que se diferenciam por privilegiar os diferentes agentes sociais: *o Estado, a comunidade ou o mercado*.

A vertente estatista toma a qualidade do meio ambiente como um bem público e considera que apenas a ação normativa, reguladora e promotora do Estado pode garantir eficientemente a integridade desse bem público.

A vertente comunitária coloca nas mãos das organizações de base da sociedade - os grupos comunitários e as ONG's - a possibilidade da transição para uma sociedade sustentável. Para este grupo, os mecanismos de mercado e estatais são falhos com relação à alocação de recursos e por isso mesmo deveriam ter papel subordinado no processo. Pertenceriam a esta vertente os que pensam a equidade social como mais importante que a eficiência alocativa, aproximando-se de um pensamento mais utópico, presente em muitos trabalhos de ONG's.

A terceira vertente, que privilegia a abordagem do mercado, parte do princípio de que é possível avançar em direção à sociedade sustentável com base nos mecanismos de mercado, na apropriação privada dos recursos naturais e da qualidade ambiental. Esta vertente é a que se apresenta de forma crescente entre os economistas de tradição mais ortodoxa, e entre o empresariado, é óbvio, também é forte a presença de tal visão (EDWARDS, 2006).

Outra análise relevante para sustentabilidade é a que separa correntes por sua postura mais radical ou mais conservadora com relação aos problemas ambientais. Neste

sentido é possível reconhecer, conforme apontado por diversos autores (BENTON, 2002; LIMA, 2003; MACNAGHTEN; URRY, 1998) duas posturas básicas:

- Uma postura revolucionária que considera necessária e urgente a adoção de uma nova ética ecológica combinada com uma drástica redistribuição do poder;

- Uma postura reformista, herdeira do Relatório Brundtland, que considera necessária a adoção gradual de um novo modelo de desenvolvimento que interiorize a sustentabilidade dos pontos de vista social e ambiental.

Estas duas grandes abordagens são apresentadas de diversas formas sendo possível destacar as seguintes denominações: a *ecologia radical* e a *ecologia moderada*; a *ecologia reformista* e a *ecologia apropriada* ou *integradora*; a *ecologia profunda* e a *ecologia superficial* ou ainda *tecnocentrismo* e *ecocentrismo* (ECKERSLEY, 1992, 2004; HOEFFEL, 1999).

Na análise de Ferreira (2006), a ecologia radical (ILLICH, 1973; GORZ, 1980, 1991; NAESS, 1989, dentre outros) propõe uma mobilização da sociedade civil organizada para a minimização dos problemas socioambientais e *desenvolveu importantes reflexões acerca da autogestão, da autonomia, da descentralização, ao mesmo tempo em que apoiou formas alternativas à medicina industrializada, à alimentação intoxicada e às fontes de energia poluidoras. Estes movimentos de iniciativa civil, antinuclear e pacifistas, conservacionistas, de estilos de vida alternativos, regionalistas, de minorias, juntamente com setores da esquerda não ortodoxa se unem e auxiliam a consolidação do ecologismo como um movimento internacional* (FERREIRA, 2006, p.26).

Os ecologistas moderados afirmam a inadequação das variáveis tradicionais da política para analisar esta problemática e consideram a adoção gradual de um novo modelo de desenvolvimento que interiorize a sustentabilidade social e ambiental e permita o repasse de recursos de sistemas produtivos predatórios para sistemas produtivos sustentáveis. Segundo esses autores é necessário posicionar o mundo social no interior do contexto das capacidades tecnológicas e dos recursos naturais, incluindo os limites ambientais (LIGHT; KATZ, 1996; DRYSEK, 2005).

Mais uma vez é importante ressaltar que as diferentes abordagens citadas, como todas as classificações, servem apenas para orientar a reflexão e a discussão, não pretendendo de maneira alguma esgotar a realidade ou abarcá-la completamente. Neste trabalho procuramos apenas apresentar certos pressupostos e conceitos básicos dos diferentes enfoques, mostrando

a articulação que estes estabelecem entre as recomendações, as orientações de ordem política, e as formas de se abordar a questão da sustentabilidade socioambiental da sociedade contemporânea. Outro aspecto a considerar é que estas diversas abordagens são fundamentais quando se considera a conservação de recursos naturais, e podem auxiliar na caracterização e análises críticas de ações e políticas públicas elaboradas visando seus usos sustentáveis.

SUSTENTABILIDADE - ANÁLISES QUANTITATIVAS³

O Banco de dados organizado pelo Projeto Temático FAPESP (processo nº05/52317-1): *A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina* contém um amplo levantamento bibliográfico da produção Brasileira na área de Ambiente e Sociedade, decorrente da análise de livros, artigos, teses e dissertações desenvolvidas em centros de pesquisa e de pós-graduação. No âmbito dos países da América Latina os demais centros analisados são: a FLACSO - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales e o Instituto de Investigacion y Desarrollo Económico e Social na Argentina; o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) e Universidade Autônoma no México; o Centro Latinoamericano de Ecologia Social (CLAES) no Uruguai; a Division de Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos - CEPAL no Chile, assim como a UNAL - Universidad Nacional de Colombia, sede Letícia e o Instituto Amazônico de Pesquisa Científica (SINCHI) - Letícia na Colômbia, e a FLACSO - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales no Equador.

Até o momento de consulta para elaboração deste trabalho, que se deu até 15 de janeiro de 2009, para a palavra-chave⁴ **sustentabilidade**, objeto desta análise, estavam agrupados 536 registros presentes em periódicos, teses, dissertações e livros. Este dado numérico não se refere a um número absoluto, mas à ocorrência da palavra-chave **sustentabilidade** como uma das três (3) palavras-chave cadastradas.

³ Uma versão parcial destes dados quantitativos foi apresentada no IV Encontro Nacional da ANPPAS no artigo: HOEFFEL, J. L.; REIS, J. C. Abordagens para a sustentabilidade – O conceito de sustentabilidade na teoria social latino-americana: uma análise preliminar. **Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS**, Brasília/DF, 4 a 6 de junho de 2008, p.1-19, 2008 e posteriormente publicada como capítulo de livro: HOEFFEL, J. L. M.; REIS, J. C. O conceito de sustentabilidade na teoria social latino-americana: uma análise preliminar. In: Ferreira, L C (organizadora). **A Questão Ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinaridade** [ISBN 978-85-268-0928-4]. Campinas: UNICAMP, Campinas, SP, 2011: 189 – 206.

⁴ A classificação e inserção no banco se deram pela informação que os autores fizeram sobre seus textos e foram cadastradas até três (3) palavras-chave para cada registro.

Com relação à produção já cadastrada no banco de dados, verifica-se que a palavra-chave **Sustentabilidade** apresenta-se de certa forma centrada nas publicações brasileiras, provavelmente em função destas serem as preponderantes no banco até o momento desta análise, mas observa-se também uma produção relevante nos demais países da América Latina estudados. Como pode ser evidenciado no **quadro 1** – 55,1% da produção sobre o tema é brasileira e 44,9% refere-se à produção dos demais países da América Latina analisados. No **quadro 2** pode-se observar a distribuição da mesma pelos diferentes países objeto do estudo e verifica-se que 17,4% encontra-se no Chile, seguido do México com 11,0%.

QUADRO 1. Distribuição por Origem da Produção

Origem da Produção	Nº	%
Brasileiras	295	55,1
Demais países da América Latina estudados	241	44,9
Total	536	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

QUADRO 2. Distribuição da Produção por País

País	Nº	%
Argentina	32	5,9
Brasil	295	55,1
Chile	93	17,4
Colombia	6	1,1
Costa Rica	3	0,55
Equador	3	0,55
México	59	11,0
Peru	1	0,18
Venezuela	17	3,2
Uruguai	23	4,2
Outros países	4	0,74
Total	536	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

No **quadro 3** é possível observar a distribuição da produção em sustentabilidade através das Instituições e Revistas que fazem parte da análise, tanto brasileiras quanto dos outros países da América Latina estudados. Do total de dados já inseridos no banco, observa-se que o tema está predominantemente distribuído nos **Encontros Nacionais da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS/Brasil)** e na Revista **Ambiente & Sociedade** (Brasil), respectivamente **27,4%** e **10,4%**. A terceira maior presença da produção está na **CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe** (Chile), com **14,1%**. Observa-se que a Revista Ambiente & Sociedade tem publicado artigos científicos provenientes de diversas instituições que abordam o tema sustentabilidade, em especial de instituições científicas Brasileiras, o que demonstra a presença e importância do tema nos estudos ambientais brasileiros.

QUADRO 3. Publicações por Instituição/Revista

Instituição	Nº. de Produções	%
ANPPAS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anais/ANPPAS)	147	27,4
Asociación Interciencia – Venezuela	12	2,2
CDS/UNB - Centro de Desenvolvimento Sustentável/UNB	12	2,2
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	76	14,1
CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	7	1,4
CLAES – Centro Latino Americano de Ecologia Social	18	3,4
FLACSO/EC - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales/Ecuador	5	0,94

NAEA/UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará	26	4,8
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - México	22	4,1
Revista Ambiente e Sociedade (artigos de várias instituições)	56	10,4
RIDES - Recursos e Investigación para el Desarrollo Sustentable - Chile	12	2,2
SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados	11	2,0
SINCHI – Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas - Colombia	1	0,18
THEOMAI – Argentina	19	3,6
UFPR – Universidade Federal do Paraná	14	2,6
UNAL/LETÍCIA – Universidad Nacional de Colombia	8	1,48
UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México	16	2,8
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (Diversos Centros)	17	3,03
Revistas e Instituições Diversas – Argentina	10	1,86
Revistas e Instituições Diversas - Brasil	18	3,42
Revistas e Instituições Diversas – Chile	3	0,56
Revistas e Instituições Diversas – México	11	2,01
Revistas e Instituições Diversas – América Latina (Costa Rica, Peru e Venezuela)	7	1,46
Instituições não identificadas	7	1,4
Total	536	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

No **quadro 4** verifica-se as diferentes associações entre a palavra-chave sustentabilidade e as outras palavras-chave utilizadas. Para elaboração de um quadro mais sintético optou-se pela utilização das duas primeiras palavras-chave cadastradas. **Sustentabilidade** aparece sozinha em **6,5%** das publicações em função das características e especificidades do material. Sustentabilidade aparece associada com as palavras **Ambientalismo e Discurso Ecológico** em **8,9%** das publicações, **Temas amazônicos e Estudos Teóricos/Conceituais** em **6,5%** respectivamente, **Economia Ambiental** em **6,2%**, **Projeto de desenvolvimento local/regional** em **6,1%**, **Temas urbanos** em **6,0%**, **Temas agrários/agrícolas** em **5,1%**, **Políticas públicas** em **4,7%**, com **Recursos naturais e Políticas e Projetos Ambientais** em **4,5%** respectivamente e **Tratados e Relações Internacionais** em **4,1%**. Observa-se assim que o termo apresenta uma ampla diversidade de cruzamentos, o que é uma característica do conceito.

Conforme já mencionado, verifica-se que a interrelação do tema com diversas áreas do conhecimento aparece como uma característica marcante no banco de dados, refletindo sua utilização nos estudos ambientais. Com relação às análises do Projeto Caminhos da Cantareira

(06/61505-9), que tem como foco análises que relacionam desenvolvimento local, gestão de recursos hídricos e sustentabilidade observa-se que estas relações representam apenas 2,2% do material cadastrado até o momento no banco de dados.

QUADRO 4. Publicações por Palavras-Chave

Palavras-chave	Nº de Produções	%
Ambientalismo e discurso ecológico, Sustentabilidade	48	8,9
Campeinato, Sustentabilidade	1	0,19
Ciência e tecnologia, Sustentabilidade	19	3,6
Comunicação, Meio ambiente, Sustentabilidade	3	0,55
Conflitos sociais, Sustentabilidade	11	2,0
Democracia, Sustentabilidade	3	0,55

Desigualdade social, Sustentabilidade	2	0,39
Economia ambiental, Sustentabilidade	33	6,2
Educação ambiental, Sustentabilidade	15	2,8
Estudos de representações sociais, Sustentabilidade	5	0,94
Estudos teóricos/conceituais, Sustentabilidade	35	6,5
Extratativismo, Sustentabilidade	5	0,94
Gestão de áreas protegidas, Sustentabilidade	13	2,4
Globalização, Sustentabilidade	14	2,6
Governabilidade, Sustentabilidade	6	1,1
Interdisciplinaridade, Sustentabilidade	12	2,2
Mudanças ambientais globais, Sustentabilidade	8	1,5
Mundo do trabalho, Sustentabilidade	2	0,39
Participação popular, Sustentabilidade	9	1,7
Planejamento urbano, Sustentabilidade	1	0,19
Políticas e projetos ambientais, Sustentabilidade	24	4,5
Políticas públicas, Sustentabilidade	25	4,7
Populações tradicionais, Sustentabilidade	5	0,94
Processos migratórios, Sustentabilidade	2	0,39
Projeto de desenvolvimento local/regional, Sustentabilidade	33	6,1
Qualidade de vida e risco, Sustentabilidade	5	0,94
Recursos hídricos, Sustentabilidade	12	2,2
Recursos naturais, Sustentabilidade	24	4,5
Saúde pública, Sustentabilidade	2	0,39
Sustentabilidade	35	6,5
Temas agrários / agrícolas, Sustentabilidade	27	5,1
Temas amazônicos, Sustentabilidade	35	6,5
Temas urbanos, Sustentabilidade	32	6,0
Tratados e relações internacionais, Sustentabilidade	22	4,1
Turismo e ecoturismo, Sustentabilidade	8	1,5
Total	536	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

No **quadro 5** apresenta-se a produção em sustentabilidade por tipo de produção. O predomínio é de artigos (74,8%), seguido de livros (15,2%), dissertações e teses (6,6%) e capítulos de livros (3,4%).

QUADRO 5. Registros em Sustentabilidade por Tipo de Produção

Tipo de produção	Nº	%
Capítulo de livro	18	3,4
Artigos	401	74,8
Dissertações / teses	35	6,6
Livro	82	15,2

Total	536	100
--------------	------------	------------

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

No **quadro 6** encontra-se a distribuição dos artigos com palavra-chave **Sustentabilidade** nos grupos de trabalho dos Encontros Nacionais da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, no período de 2002 a 2008. Observa-se que o termo analisado esteve e/ou está presente em 17 grupos de trabalho, o que evidencia a presença de estudos ambientais sobre esta temática e suas interrelações com diversas áreas do conhecimento, da mesma forma que o observado no quadro 4 - publicações por palavras-chave. Os grupos mais representativos são **Teoria e Meio Ambiente** e **Conhecimento Local e Meio Ambiente** com **13,6%** e **12,2%** respectivamente; **Agricultura, Riscos e Conflitos Ambientais** com **8,8%**, **Meio Ambiente, Sociedade e Educação** com **7,5%** e **Cidade e Sustentabilidade** e **Manejo Comunitários dos Recursos Naturais** com **6,8 %** cada.

QUADRO 6. Artigos por Grupo de Trabalho dos Encontros Nacionais da ANPPAS

Grupo de Trabalho	Nº de Produções	%
Agricultura, riscos e conflitos ambientais	13	8,8
Cidade e sustentabilidade	10	6,8
Conflitos relativos ao uso de recursos naturais	9	6,1
Conhecimento local e meio ambiente	18	12,2
Energia e meio ambiente	6	4,1
História, sociedade e meio ambiente no Brasil	6	4,1
Justiça ambiental, conflito social e desigualdade	2	1,4
Manejo comunitário de recursos naturais	10	6,8
Meio ambiente construído	5	3,4
Meio ambiente, sociedade e educação	11	7,5
Modernidade, riscos e meio ambiente	9	6,1
Natureza, técnica e violência	7	4,8
Recursos hídricos: atores sociais, gestão e territorialidade	5	3,4
Relações internacionais e ambiente	4	2,7
Saúde e Ambiente	7	4,8
Teoria e meio ambiente	20	13,6
Turismo, ambiente e sociedade	5	3,4
Total	147	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

ANÁLISES QUALITATIVAS – ABORDAGENS TEÓRICAS⁵

⁵ Uma outra versão destes dados foi publicada no artigo: HOEFFEL, J.L.; REIS, J.C.; JESUS, C.R. O Conceito de Sustentabilidade da Teoria Social Latino-Americana. **Teoria & Pesquisa**, v. 19, p. 111-130, 2010.

Neste tópico são analisadas as abordagens teóricas dos artigos cadastrados que correspondem aos Centros, Revistas e Publicações mais relevantes numericamente no banco de dados para o termo sustentabilidade, até 15 de Janeiro de 2009. São apresentadas a seguir, no âmbito de publicações do Brasil, as análises dos Encontros Nacionais da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), que correspondem a 27,4% da produção e da Revista Ambiente e Sociedade, com 10,4%. As publicações do Chile estão centradas na produção da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, com 14,1. No conjunto, estas publicações representam 51,9% do material cadastrado para a palavra chave sustentabilidade.

As abordagens teóricas utilizadas pelos autores em seus trabalhos sobre sustentabilidade foram aprofundadas, tendo como referência possível as concepções de Herculano (2000), Ferreira (2006) e Ferreira et al (2006), sendo que foram definidas inicialmente, por estes autores, 10 abordagens teóricas, a saber: enfoque interdisciplinar; materialista Durkheimiano; materialista marxista, pós-materialista; construtivista ou construcionista; antropológico (etnográfico); teórico metodológico; quantitativo descritivo; sistêmico e reflexão filosófica.

No âmbito da análise deste artigo foram identificadas 8 abordagens teóricas⁶, conforme exposto nos quadros apresentados a seguir. As abordagens teóricas identificadas foram: enfoque interdisciplinar; materialista Durkheimiano; materialista marxista, pós-materialista; construtivista ou construcionista; teórico metodológico; modernização reflexiva e quali-quantitativo descritivo (empírico), ressaltando-se que em função das características dos artigos analisados foi acrescentado o enfoque da modernização reflexiva e o enfoque quantitativo descritivo foi renomeado como quali-quantitativo descritivo (empírico), que estão definidos a seguir.

Buscando uma definição apropriada a cada um dos enfoques e abordagens pôde-se destacar, com relação ao **interdisciplinar**, que a discussão sobre este tema é objeto de constantes controvérsias, não havendo consenso sobre o mesmo. O que se pode verificar neste debate, é que existem duas visões diferenciadas: a primeira delas aproxima o diálogo entre disciplinas científicas, no intuito de ampliar a o conhecimento disciplinar, como no caso da sociologia ambiental, onde se busca interagir teoricamente em determinadas áreas de convergência; a segunda visão restringe-se ao campo da pesquisa temática, opondo-se à visão das assimilações progressivas entre disciplinas. Esta visão reconhece a especificidade

⁶ Esses oito enfoques foram identificados e analisados por João Luiz Höeffel e Sônia Regina da C S Barbosa, a partir das definições de Herculano (2000); Ferreira (2006) e Ferreira et al (2006).

disciplinar, mas adota uma espécie de colaboração deliberada dos saberes disciplinares sobre temas previamente definidos (FLORIANI, 2004). Neste trabalho, para análise das diferentes concepções da interdisciplinaridade utilizou-se as discussões presentes em Leff (2000); Floriani (2004); Bateson (1987); Morin (2001) e Novo (2002).

Para o **enfoque materialista Durkheimiano**, ou seja realista, pode-se afirmar que Catton e Dunlap (1978a, 1978b, 1980) criticam o antropocentrismo do pensamento sociológico, que teria se dissociado da variável ambiental, ignorando que esta interage com as demais variáveis contempladas pela Sociologia. A proposta destes autores baseia-se na superação de um paradigma de excepcionalidade e de supremacia humanas, do seu descolamento e independência da natureza, e que se incluísse o ambiente físico como uma das variáveis do sistema social, propiciando assim um enfoque mais adequado para estudos sobre a escassez, o declínio da qualidade de vida e o aumento dos custos ambientais. Assim, o ser humano é visto apenas como uma espécie dentre as demais e, considerando o mundo finito, com limites físicos e biológicos. Catton e Dunlap, em suas confluentes abordagens, buscavam manter-se dentro do legado de Durkheim, isto é, explicando o social pelo social, sem cair em reducionismos psicológicos ou físicos, nem no determinismo biológico.

O **enfoque materialista Marxista** pode ser exemplificado nos trabalhos de Schnaiberg e Gould (2000) e O'Connor (1994). Para Schnaiberg & Gould, há uma dialética e uma contradição entre o ecossistema (o ambiente) e a sociedade humana, que têm diferentes dinâmicas: de um lado, o moinho da produção (*treadmill of production*) e sua expansão econômica, as relações de produção intensivas de capital deslocando o trabalho, as multinacionais pressionando por infraestrutura, os sindicatos pressionando por trabalho e por normatização das relações; do outro, a disrupção ambiental que resulta destes imperativos contraditórios mal enfrentados pelo Estado e que levam a uma síntese de escassez planejada. Schnaiberg aplica os conceitos da Sociologia e da Economia Política marxistas ao entendimento das questões ambientais. De acordo com este enfoque, a proposta das chamadas tecnologias apropriadas (tecnologias limpas) seria apenas uma nova utopia. Outros esforços de base marxista são citados por Buttel (1987) para ligar de forma causal o desenvolvimento capitalista aos fenômenos de degradação ambiental e explicar o surgimento e importância dos movimentos ambientalistas, como por exemplo, a análise de Gorz (1980) sobre o capitalismo pós-industrial, no qual novos movimentos sociais teriam tomado o lugar da classe trabalhadora.

Com relação ao enfoque **pós-materialista**, Inglehart (1997) analisa que a abundância de bens materiais na sociedade contemporânea os torna menos valiosos do que as satisfações intelectuais, morais e estéticas, razão pela qual, questões como paz, feminismo, direitos humanos, e qualidade de vida, se juntam à questão ambiental como elementos que seriam mais prementes do que a questão do conflito de classes. No campo das esquerdas anarquistas, os ensaios de Bookchin (1988) e de Guattari (1990) também enfatizam uma análise anticapitalista. Guattari apresenta uma ecosofia (ecologia do visível, das formações sociais e da subjetividade) e vislumbra a junção entre a ecologia ambiental, a ecologia social e a ecologia mental. A ecosofia reinventaria a subjetividade operária através de novas práticas sindicais e políticas e de novas alianças do movimento operário com o movimento feminista e ecológico.

O **enfoque construtivista ou construcionista**, ao enfatizar o espaço das múltiplas realidades, defende o direito de que interpretações e saberes de diversos atores sociais sejam levados em consideração. Assim, a percepção dos riscos provocou o questionamento da ciência e da tecnologia, trazendo o olhar construtivista, presente tanto em pesquisas sobre as comunidades vulneráveis que são vizinhas de áreas de despejo de resíduos (BULLARD; WRIGHT, 1991), quanto em pesquisas sobre a construção do direito de comunidades recusarem obras impactantes, como por exemplo, rodovias (BURNINGHAM, 1993). A visão construtivista também se apresenta no estudo das formulações científicas que embasam escolhas políticas para o encaminhamento de questões ambientais (HANNIGAN, 2006; YEARLEY, 1996).

No que diz respeito à **abordagem da modernização reflexiva**, pode-se afirmar que esta se apresenta em duas vertentes: a sociedade de risco (BECK, 1999) e a modernização ecológica (MOL, 1997). Apesar das divergências entre as duas vertentes quanto à aplicação do conceito de modernização reflexiva, pelo menos duas premissas são compartilhadas por elas: os problemas ambientais não estão determinados estruturalmente (pelo capitalismo ou pelo industrialismo), e a modernização progressiva das sociedades pode solucionar os problemas ambientais (MOL; SPAARGAREN; BUTTEL, 2000). Entretanto, a modernização ecológica enfatiza a importância da dinâmica da economia e do mercado na reforma ecológica e a função de empreendedores e outros agentes econômicos como condutores sociais da reestruturação ecológica (em adição ao Estado e aos novos movimentos sociais). No que diz respeito aos movimentos sociais, estes deveriam abandonar seu papel de críticos ao

desenvolvimento almejado pela modernização ecológica, em função da reestruturação ambiental adotada pelo Estado, ciência, tecnologia e mercado. Sua maior contribuição estaria na habilidade e poder para gerar idéias alternativas e inovadoras, mobilizar consumidores e organizar o apoio ou a desaprovação a iniciativas públicas e privadas, cooperando com os atores comprometidos com a reforma ambiental.

Por fim as abordagens **teórico-metodológicas** dizem respeito às análises que, partindo de diferentes referenciais teóricos, buscam promover novas perspectivas para analisar sustentabilidade, e estão incluídos nesta categoria os estudos sobre indicadores e análises gerais sobre a formulação de políticas públicas e a abordagem **quali-quantitativa descritiva (empírica)**, trata de artigos com este enfoque que partem de problemas e questões observadas em pesquisas empíricas (estudos de caso), que não apresentam uma preocupação específica com modelos e definições teóricas rígidas, mas que têm como objetivo promover utilizações práticas para os conceitos, como por exemplo, análises da implantação de indicadores e de políticas públicas que objetivem modelos de sustentabilidade.

Acredita-se que esse olhar analítico para a produção possibilitou um recorte importante sobre a temática em questão. Evidencia-se com bastante clareza que a temática sustentabilidade insere-se em questionamentos extremamente atuais que vão desde a necessidade de reconstrução da sociedade contemporânea até as reflexões sobre a própria dimensão humana, seus valores e necessidades.

No **quadro 7** estão apresentadas as abordagens teóricas utilizadas pelos autores dos trabalhos apresentados nos Encontros da ANPPAS, que corresponde a 27,4% da produção Latino-americana cadastrada no Banco de Dados. Em função da disponibilidade de praticamente todos os artigos apresentados nestes eventos, esta possibilitou uma ampla análise da produção brasileira. Observa-se que os 147 textos apresentados na ANPPAS e inclusos no banco de dados no período consultado contêm uma multiplicidade de abordagens e vinculações teóricas. Assim, nota-se uma distribuição dos trabalhos presentes no banco de dados, entre as 8 abordagens teóricas definidas, sendo que as mais significativas são **quali-quantitativa descritiva (empírica)** com **34,7%**; **teórico-metodológico** com **19,7%**; **interdisciplinar** com **17,7%** e **pós-materialista** com **12,2%**.

QUADRO 7 – Abordagens Teóricas – ANPPAS

ABORDAGEM	Nº de Produções	%
Enfoque materialista durkeiminiano - realista	1	0,7
Enfoque materialista marxista	4	2,7
Enfoque pós-materialista	18	12,2
Enfoque construtivista ou construcionista	3	2,1
Enfoque teórico-metodológico	29	19,7
Enfoque interdisciplinar	26	17,7
Enfoque da modernização reflexiva	6	4,1
Análise qualitativa/quantitativa descritiva (empírica)	51	34,7
Textos não disponíveis para análise	9	6,1
TOTAL	147	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

No **quadro 8** estão apresentadas as abordagens teóricas utilizadas pelos autores dos artigos publicados na **Revista Ambiente & Sociedade**, que correspondem a 10,4% da produção Latino-americana cadastrada no Banco de Dados. Observa-se que os artigos, da mesma forma que os apresentados nos Encontros da ANPPAS, contêm uma multiplicidade de vinculações teóricas, com uma distribuição entre as 8 abordagens teóricas definidas, sendo que as mais significativas são **interdisciplinar** com **28,6%**, **teórico-metodológico** com **23,2%** e **análise quali-quantitativa descritiva (empírica)** com **21,5%**.

QUADRO 8 – Revista Ambiente & Sociedade

ABORDAGEM	Nº de Produções	%
Enfoque materialista durkeiminiano - realista	2	3,6
Enfoque materialista marxista	3	5,3
Enfoque pós-materialista	2	3,6
Enfoque construtivista ou construcionista	5	8,9
Enfoque teórico-metodológico	13	23,2
Enfoque interdisciplinar	16	28,6
Enfoque da modernização reflexiva	3	5,3
Análise qualitativa/quantitativa descritiva (empírica)	12	21,5
Textos não disponíveis para análise	0	0
TOTAL	56	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

No **quadro 9** estão apresentadas as abordagens teóricas utilizadas pelos autores dos

trabalhos publicados pela **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL**, que corresponde a 14,1% da produção Latino-americana cadastrada no Banco de Dados. Observa-se que as mais significativas são **teórico-metodológico** com **46,1%**, **quali-quantitativa descritiva (empírica)** com **25,0%** e **pós-materialista** com **13,1%**.

QUADRO 9 – CEPAL

ABORDAGEM	Nº de Produções	%
Enfoque materialista durkeiminiano - realista	-	0
Enfoque materialista marxista	1	1,3
Enfoque pós-materialista	10	13,1
Enfoque construtivista ou construcionista	-	0
Enfoque teórico-metodológico	35	46,1
Enfoque interdisciplinar	-	0
Enfoque da modernização reflexiva	2	2,6
Análise qualitativa/quantitativa descritiva (empírica)	19	25,0
Textos não disponíveis para análise	9	11,9
TOTAL	76	100

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao acervo do Banco de dados.

Com relação aos resultados apresentados nos **quadros 07 a 9** é importante destacar a presença da **abordagem teórico-metodológica** que expressa uma preocupação na formulação, aplicação e comparação de indicadores e políticas públicas voltadas à sustentabilidade, tanto numa escala ampla, como é o caso da CEPAL, na elaboração de referências para a América Latina e países Latino-americanos, quanto numa escala mais teórica, e em alguns casos voltadas para realidades regionais, como apresentado nos trabalhos da ANPPAS e na Revista Ambiente & Sociedade.

A abordagem **quali-quantitativa descritiva (empírica)**, presente nos **quadros 07 a 9**, demonstra um interesse significativo dos autores pelo tema sustentabilidade na realização de pesquisas empíricas, de estudos de caso. Pela análise do material, pode-se afirmar que esse interesse está diretamente associado à possibilidade que o tema oferece em contribuir não só para o entendimento das realidades sociais pesquisadas, mas que de alguma forma possam colaborar com a implantação e avaliação de políticas públicas regionais e locais, bem como de indicadores de sustentabilidade.

A **abordagem pós-materialista** encontrada em especial nos trabalhos da ANPPAS e CEPAL, reflete uma preocupação com aspectos ético-filosóficos da questão ambiental e da sustentabilidade, aproximando-se de alguns elementos da Ecologia Radical (DRYZEK, 2005;

MERCHANT, 2005). A presença relevante da **abordagem interdisciplinar** nos trabalhos da ANPPAS e da Revista Ambiente & Sociedade reflete a própria natureza dos encontros e da revista e demonstra uma preocupação dos autores com o desenvolvimento de trabalhos mais integrados e dialógicos nas análises de sustentabilidade e de problemas ambientais.

É relevante ressaltar que os dados obtidos com a análise das abordagens teóricas vinculadas à Sustentabilidade reforçam a perspectiva de que o tema possui uma forte multiplicidade de possibilidades e vinculações teórico-metodológicas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O levantamento das várias abordagens sobre o pensamento da sustentabilidade teve por objetivo ampliar o conhecimento sobre o tema e não o de proceder a uma análise que exaurisse todos os desdobramentos e possibilidades de posicionamentos que este conceito potencia.

Outras abordagens podem não ter sido ressaltadas, o que deve ser interpretado não como indício de sua não-relevância, mas, ao contrário, como um indicador da amplitude, abrangência e complexidade das questões em pauta. De fato, a preocupação de tantas instituições e pessoas com a busca de uma sociedade sustentável (com toda a ambigüidade que o conceito comporta), coloca necessariamente toda a discussão como permanentemente inacabada, em aberto.

Outro aspecto importante é que o banco de dados mostrou-se extremamente importante enquanto ferramenta de pesquisa, embora necessite de monitoramento e aprimoramento constantes. Na perspectiva do Projeto Caminhos da Cantareira (06/61505-9), que tem como foco estudos sobre concepções de sustentabilidade e suas relações com desenvolvimento local, observou-se uma presença bastante reduzida de trabalhos que enfoquem esta interação, apesar da atualidade e relevância do tema. Esta constatação sugere que talvez esta perspectiva de análise ainda ocorra de forma limitada no âmbito da América Latina ou aconteça e exista em Instituições, Encontros e Revistas que ainda não foram contempladas no Banco de Dados.

Espera-se, na continuidade deste trabalho, corrigir eventuais falhas e limitações, bem como ampliar a análise qualitativa aqui iniciada, através do aprofundamento do estudo das abordagens teóricas utilizadas pelos autores na elaboração de seus trabalhos e que possibilite uma ampla e detalhada investigação de caráter quanti e qualitativo.

É com essa premissa que esse trabalho pretende se desdobrar posteriormente numa análise qualitativa do material inserido no banco sobre o tema sustentabilidade, tendo como uma das referências possíveis as idéias apresentadas por Dryzek (2005) em seu trabalho sobre Discursos Ambientais que envolvem basicamente quatro grupos de análises - Abordagens que consideram a sobrevivência dos seres humanos e não humanos, dos ecossistemas e mesmo do Planeta Terra; Abordagens que procuram resolver problemas ambientais; Abordagens que consideram a perspectiva da Sustentabilidade e Abordagens do Radicalismo Verde.

Dryzek (2005) aponta algumas perspectivas, discursos e abordagens, que segundo o autor seriam adequadas, dentro de determinados parâmetros e análises seletivas, para lidar com os graus de incerteza e complexidade das questões ambientais e que poderiam conduzir a aprendizados sociais em diferentes contextos ecológicos. Entre elas o autor menciona o *pragmatismo democrático* que envolve mecanismos participativos, diálogos entre diferentes atores sociais e redes de governança; *abordagens descentralizadas de sustentabilidade* que podem estimular modelos de desenvolvimento local; *as propostas da modernização ecológica* que podem resultar em mudanças institucionais e experimentos democráticos e *as propostas do radicalismo verde* que podem estimular tanto mudanças pessoais, em termos de perspectivas éticas, de consciência e de consumo individuais, quanto em relação a mudanças políticas que alterem instituições e estruturas sociais.

Em uma primeira aproximação com as idéias e análises de Dryzek (2005) é possível perceber semelhanças entre as abordagens teóricas apresentadas por Herculano (2000), Ferreira (2006) e Ferreira et al (2006) e utilizadas neste trabalho e as do autor, e mesmo reconhecer algumas perspectivas citadas pelo mesmo nos artigos analisados. Desta forma, em alguns trabalhos com abordagens quali-quantitativa descritiva (empírica), pós-materialista e interdisciplinar observa-se a presença de mecanismos participativos para enfrentamento de problemas ambientais, propostas descentralizadas de desenvolvimento local e a preocupação com mudanças de postura social e ética, e mesmo institucionais, frente a questões ambientais. Entretanto, a presença efetiva de influências teóricas radicais, como as elaboradas pelo radicalismo verde e pela ecologia radical, ainda são reduzidas e percebe-se uma influência de modelos mais moderados, como, por exemplo, propostas que enfatizam essencialmente a participação dos especialistas, sem estimular a dos cidadãos, na formulação de políticas públicas e na resolução de problemas socioambientais.

Assim, apesar da análise realizada ter um caráter preliminar, frente aos próprios

objetivos do texto, evidencia-se com bastante clareza que o problema da sustentabilidade insere-se em questionamentos e discussões extremamente atuais e essenciais que vão desde a necessidade de reconstrução da sociedade contemporânea até reflexões sobre a própria dimensão humana na criação e manutenção de problemas ambientais, de forma a assegurar sua possibilidade de existência em uma sociedade sustentável futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATESON, G. **Steps to an Ecology of Mind**. New York: Ballantine, 1978.

BECK, U. **The Reinvention of Politics**. Cambridge: Polity Press, 1999.

BENTON, T. Social theory and ecological politics: reflexive modernization or green socialism? In: Dunlap R. et al. **Sociological theory and the environment**. New York: Rowman & Littlefield, p. 252-273, 2002.

BOOKCHIN, M. Social Ecology vs. Deep Ecology. **Socialist Review**, v. 18, n. 3, p. 9-29, 1988.

BORGES, V. M. da R.; HOEFFEL, J. L. Uma análise sobre a noção de Desenvolvimento Sustentável. **Gestão e Desenvolvimento**, Bragança Paulista, v.4, n.2, p. 93-116, 1999.

BULLARD, R. D.; WRIGHT, B. (1991). The quest for Environmental Equity: mobilizing the African-American Community for social change. In: DUNLAP, R. E.; MERTIG, A. G. **American Environmentalism: the U.S. Environmental Movement (1970 - 1990)**. New York: Taylor & Francis, p. 39-49, 1991.

BULLARD, R. **Unequal Protection**. San Francisco: Sierra Club Books, 1996.

BURNINGHAM, K. Us and them: the construction and maintenance or divisions in a planning dispute. In: SAMSON, S. (ed.) **Conflict + consensus in Social Policy: health, citizenship and environmental issues**. New York: Macmillan, 1993.

BUTTEL, F. New directions in environmental sociology. **Annual Review Sociology**, v. 13, p. 465-488, 1987.

CATTON, W. R. Jr.; DUNLAP, R. E. A New Ecological Paradigm for Post-exuberant Sociology. **American Behavioral Scientist**, v. 24, p. 15 – 47, 1980.

CATTON, W. R. Jr.; DUNLAP, R. E. Environmental Sociology: a new paradigm. **The American Sociologist**, v. 13, p. 41 – 49, 1978a.

CATTON, W. R. Jr.; DUNLAP, R. E. Paradigms, Theories and the Primacy of the HEP-NEO distinction. **The American Sociologist** v. 13, p. 256 – 259, 1978b.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1988.

COSTANZA, R. et al. **An introduction to ecological economics**. Boca Raton: St. Lucie Press, 1997.

DRYZEK, J. **The politics of the earth**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ECKERSLEY, R. **Environmentalism and Political Theory: toward an ecocentric approach**. Albany: SUNY Press, 1992.

ECKERSLEY, R. **The Green State**. Cambridge: MIT Press, 2004.

EDWARDS, A. **The Sustainability Revolution**. Gabriola Island: NSP, 2006.

FERREIRA, L. C. **Idéias para uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

FERREIRA, L. et al. Environmental issues, interdisciplinarity, social theory and intellectual production in Latin America (preliminary analysis). **Proceedings - The International Sociological Association/ ISA World Congress - Durban**. Bethesda: CSA Sociological Abstracts, v. 1, p. 80-80, 2006.

FLORIANI, D. **Conhecimento, Meio Ambiente & Globalização**. Curitiba: Juruá, 2004.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas; UNICAMP, 2001.

GARE, A. The postmodernism of deep ecology, the deep ecology of postmodernism and grand narratives. In: KATZ, E. et al. **Beneath the surface**. Cambridge: MIT Press, p. 195-214, 2000.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **Energy and Economic Myths**. New York: Pergamon Press, 1976.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GORZ, A. **Ecology as politics**. Black Rose Books: Montreal, 1980.

GORZ, A. **Capitalisme, Socialisme, Ecologie**. Paris: Ed. Galilée, 1991.

- GUATTARI, F. **As Três Ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.
- HANNIGAN, J.A. **Environmental Sociology**. London: Routledge, 2006.
- HAWKEN, P. **Natural capitalism**. Boston: Little, Brown and Company, 1999.
- HERCULANO, S. Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. **Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais**, v. I, n. 1, Niterói: UFF/PGCA-Riocor, 45 – 55, 2000.
- HOEFFEL, J.L. de M. **Valores e significados – a Reflexão de Arne Naess sobre Questões Ambientais**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais IFCH/UNICAMP, 1999.
- ILLICH, I. **La Convivialité**. Paris: Ed. du Seuil, 1973.
- INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization**. New Jersey: Princeton University Press, 1997.
- LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI, A; HOGAN, D. (org.) **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. Brasília: PADCT/MCT, 2000.
- LIGHT, A.; KATZ, E. **Environmental Pragmatism**. London: Routledge, 1996.
- LIMA, G. O Discurso da Sustentabilidade e suas implicações para a Educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, 99-119, 2003.
- MACNAGHTEN, P.; URRY, J. **Contested Natures**. London: SAGE, 1998.
- McLAUGHLIN, A. **Regarding Nature: industrialism and deep ecology**. Albany: State University of New York, 1993.
- MEADOWS, D. H. **Beyond the limits: global collapse or a sustainable future**. London: Earthscan, 1993.
- MERCHANT, C. **Radical ecology**. London: Routledge, 2005.
- MEYER, J. **Political Nature**. Cambridge: The MIT Press, 2001.
- MILBRATH, L. **Envisioning a sustainable society**. New York; SUNY, 1989.
- MOL, A. E.; SPAARGAREN, G; BUTTEL, F. **Environment and Global Modernity**. London: Sage Publications, 2000.
- MOL, A. P. J. Ecological modernization: industrial transformations and environmental reform. In: REDCLIFT, M; WOODGATE (Editors). **The International Handbook of Environmental Sociology**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 138-149, 2000.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NAESS, A. **Ecology, Community and Lifestyle**. Cambridge: Cambridge, 1989.

NOVO, M. Higher environmental education in the XXI Century: towards a new interpretative paradigm. In: LEAL, W Fº. **Teaching sustainability at universities**. Bern: Peter Lang, p. 429-458, 2002.

O'CONNOR, J. Is sustainable capitalism possible? In: O'CONNOR, M. (ed.) **Is Capitalism sustainable?** New York: Guilford, p. 152 – 175, 1994.

REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. Sustainability and social construction. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. **The International Handbook of Environmental Sociology**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 55- 70, 2000.

SACHS, W. Sustainable Development. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. **The International Handbook of environmental sociology**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 71-82, 2000.

SCHNAIBERG, A.; GOULD, K. A. **Environment and society**. New York: Blackburn, 2000.

STAHEL, A.; HOEFEL, J. L. A questão ecológica no enfoque tecnocrático-objetivista e na visão participativo - sistêmico: subsídios para uma reflexão globalizante. **Gestão e Desenvolvimento**, Bragança Paulista, v.3, n.2, p.33-72, 1998.

SUMNER, J. **Sustainability and the civil commons**. Toronto; University Toronto Press, 2007.

SUTTON, P. **Nature, Environment and Society**. New York: Palgrave/Macmillan, 2004.

WESSELS, T. **The myth of progress**. Burlington: UVP, 2006

WRIGHT, R. **A short history of progress**. Toronto: Ananasi, 2004.

YEARLEY, S. **Sociology, Environmentalism and Globalization**. Sage: London, 1996.